

**Entre a bandeira nacional, o sigma e a suástica:  
o dilema dos imigrantes alemães em Santa Catarina**

Marcos Vinícius Saturno Ribeiro  
mv\_saturno@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: As comunidades de imigrantes alemães, estabelecidas no Brasil a partir do século XIX, especialmente na região sul, mantiveram fortes traços característicos de suas terras de origem, constituindo núcleos independentes e alheios, em termos, à cultura da nação em que estavam situados. Entretanto, as transformações políticas no Brasil da década de 1930 e a conjuntura internacional de conflitos entre as potências imperialistas européias, especialmente a Segunda Guerra Mundial, perturbaram as relações entre as comunidades dos imigrantes alemães e o Estado Brasileiro, com sua política de nacionalização. Serão analisados neste artigo as relações comerciais com a Alemanha antes da Guerra, a mudança de postura brasileira frente ao governo alemão e aos partidários do nazismo, os projetos ecumênicos do partido nazista (NSDAP) nos núcleos coloniais além-mar e os conflitos resultantes deste projeto político.

Palavras Chave: Alemães; NSDAP; Nazismo; Santa Catarina.

Abstract: The German immigrant communities were established in Southern Brazil since the late XIX century. They maintained strong characteristics from their mother land, developing manners independent of the culture of the nation where they came were living. The political change in Brazil during the 1930's and the aggressive international conjecture between the European Imperialists powers, especially during the II World War, disturbed the relationship between the German immigrant communities with the Brazilian Government, with its nationalization policy. In this article we will analyze the commercial relations with Germany before the War, the change of Brazilian position towards the German Government and the Nazis, and their party's (NSDAP) Ecumenical Project on the foreign colonial nucleus and the conflicts resulting from this political project.

Keywords: Germans; NSDAP; Nazism; Santa Catarina.

Between the national flag, the sigma and the swastika: the German immigrants' dilemma in  
Santa Catarina

Conceitualizando o nazi-fascismo

(...)nos vinte anos de enfraquecimento do liberalismo nem um único regime que pudesse ser chamado de liberal-democrático foi derrubado pela esquerda. O perigo vinha exclusivamente da direita. E essa direita representava (...) uma ameaça à civilização liberal como tal.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> HOBSBAWN, 1995, p.115.

Devido ao trabalho de vários autores, acostumou-se a pensar que o Integralismo é o “fascismo brasileiro”<sup>2</sup>, ou seja, uma importação das bases ideológicas e práticas do fascismo italiano, liderado por Benito Mussolini, unidos às características de nossa cultura que deram origem a um movimento singular e específico, embora semelhante ao que o inspirou. Esse processo de inspiração em movimentos estrangeiros e a sua adaptação à realidade nacional não é uma exclusividade brasileira; a mesma lógica pode ser aplicada ao nazismo, desenvolvido na Alemanha sob a liderança de Adolf Hitler. Também identificam-se com práticas e idéias dos fascistas unidas a outros conceitos e ideais específicos para formar um movimento singular que também inspirará outros modelos de atuação ao redor do mundo. Portanto, para o exame do nazismo e sua atuação em solo brasileiro, faz-se necessário encontrar suas raízes no movimento fascista.

As condições para o surgimento do fascismo aparecem ao longo dos séculos XIX e XX na Europa quando os países capitalistas, na fase denominada de imperialista, asseveram as competições e rivalidades industriais, emergem com vitalidade mitos de identidade nacional e ocorre, não sem muito conflito interno e externo, a unificação de Itália e Alemanha em novos Estados Nacionais.

A ideologia predominante na Europa deste período é o liberalismo cujos valores compreendem, além do emprego da razão como princípio regente dos governos e atitudes humanas, segundo Eric Hobsbawn:

a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional (...) que garantisse o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião.<sup>3</sup>

A Primeira Guerra Mundial provocou uma crise nos valores liberais e um recrudescimento das atividades do Estado perante a sociedade. Ainda segundo Hobsbawn, essa tendência deve-se ao fato de que os valores liberais continuaram avançando em um ritmo mais intenso durante a “erupção do barbarismo”, de 1914-18. A Grande Guerra teve um efeito catalisador dos valores liberais que foram gradativamente recuando após 1920<sup>4</sup>.

A emergência de grupos de “extrema direita” ao poder ocorre nesse período de tendência mundial à crise econômica e crise das instituições e valores liberais percebidas com mais intensidade em países como Alemanha e Itália.

---

<sup>2</sup> TRIN; CARDOSO (org.), 1971.

<sup>3</sup> HOBSBAWN, 1995, p.113-115.

<sup>4</sup> Idem.



Os conceitos políticos de direita e esquerda são fundamentais para a compreensão do fascismo e do nazismo. Segundo Leandro Konder, “a direita é o gênero do qual o fascismo é uma espécie”<sup>5</sup>. Ainda segundo o autor, o conservadorismo é intrínseco às ideologias da direita: “geralmente busca-se conservar determinados sistemas sócio-econômicos que garantem o estatuto de propriedade de que tais forças são beneficiários”<sup>6</sup>.

O fascismo é, entretanto, um fenômeno espontâneo, portanto, ao abordá-lo, deve-se privilegiar as ações dos líderes políticos e não os escritos dos teóricos:

[O fascismo] Não foi precedido e preparado por uma geração de teóricos – como a Revolução Francesa o foi pelos filósofos; contam-se pelos dedos os pensadores fascistas. (...) Existe portanto, um fundo fascista comum, uma mistura de rejeições e proposições, uma espécie de limiar mínimo de um conjunto complexo, no qual se enxertam variantes.<sup>7</sup>

Fazem parte desse “fundo fascista comum” a rejeição à sociedade liberal do século XIX, ao individualismo<sup>8</sup> e à democracia. O fascista não crê que os homens sejam iguais, nem naturalmente bons, o fascismo é, em suma, uma “desforra do instinto; prega o culto da ação, proclama a virtude da violência”<sup>9</sup>.

Sem querer estender muito estas importantes definições ideológicas e conceituais, faz-se necessário ressaltar a tese apresentada por Leandro Konder de que o fascismo, para elaborar suas concepções foi “buscar idéias no campo do inimigo”<sup>10</sup>, ou seja, os conservadores puseram-se a ler Marx e estudar o socialismo com intuito de “macaqueá-lo, assimilando-o desfigurado para tentar neutralizá-lo”<sup>11</sup>. Assim, coube a Mussolini, membro do partido socialista italiano, passar com “armas e bagagens para o lado da burguesia e se incumbir de vender sua interpretação da teoria da luta de classes”<sup>12</sup>.

Apropriando-se do pensamento de Marx, Mussolini amplia os horizontes de alcance da luta de classes, transportando-a para o plano da diplomacia internacional. Segundo Mussolini, haveriam nações proletárias e nações capitalistas que exploravam outras nações. Logicamente a Itália se encaixaria na primeira categoria. Esse argumento serviria para aliar todas as classes

---

<sup>5</sup> O autor argumenta que os termos “esquerda” e “direita” vem sendo questionados, porém, afirma que os que negam a validade desses termos nunca são homens de esquerda. KONDER, 1991, p.6.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> MICHEL, Henri, 1977, p.13.

<sup>8</sup> Porque o indivíduo não tem nenhum direito; apenas existe pela comunidade na qual se integra, precisa ser enquadrado e comandado. Ibidem, p. 14.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> KONDER, Op.Cit, p.8.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.



italianas deixando suas rivalidades de lado, sob a tutela do Estado, no empenho de exigir justiça no plano internacional do equilíbrio de forças. Está aqui posto, o aspecto corporativista que aparecerá no fascismo e em outros governos conservadores de inspiração fascista. Essa tese também era empregada para criticar a ação dos socialistas (ex-companheiros de Mussolini) no sentido de que enfraqueciam internamente o país em proveito dos inimigos externos italianos.

Outro ponto central do fascismo que merece destaque é a criação de um valor supremo, um mito soberano: a pátria. A nação italiana criada pelo fascismo era uma abstração, era-lhe atribuída uma unidade fictícia, idealizada. A Itália após a guerra era, de acordo com Leandro Konder:

uma realidade complexa, marcada por conflitos internos profundos, dividida em classes sociais cujos interesses eram vitais se chocavam com violência. (...) as contradições da Itália, agravadas pela guerra e pela crise do imediato após guerra, se resumiam numa única luta entre nação e anti-nação.<sup>13</sup>

O argumento de Mussolini parece ter convencido a população disposta nos mais diferentes degraus sociais que se reúne ao entorno do Estado fascista, prestando-lhe apoio.

O fascismo ainda utiliza um discurso demagógico para valorizar o trabalhador, prestando-lhe homenagens. Porém, pelas características centrais do fascismo, este “exige a manipulação das massas populares, limita brutalmente a sua participação ativa na luta política em que são utilizadas, impondo-lhes diretivas”<sup>14</sup>. Pressupondo um povo idealizado, assim como a nação nos quadros da ideologia fascista.

Todas essas características estão presentes também no movimento nazista, surgido na Alemanha e comandado por Hitler. Porém, o movimento organizado pelo Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (em alemão *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* – NSDAP) possuía suas especificidades em relação ao fascismo italiano: o anti-semitismo, a criação de campos de concentração, os esforços de submissão da igreja, são alguns exemplos claros de acentuações na ideologia fascista desenvolvidas na Alemanha. Mas Hitler era um admirador de Mussolini, e este teve muitos de seus ritos imitados por aquele.<sup>15</sup>

## O NSDAP em Santa Catarina

---

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> MICHEL, Op. Cit, p.57.



O Partido Nazista dos Trabalhadores Alemães, fundado em 1921, possuía um caráter ecumênico. Desde sua fundação, havia um departamento voltado para os alemães que viviam no exterior, a *Auslandsorganisation* – A.O., que estava situado num alto degrau dentro da hierarquia do partido, imediatamente abaixo do Führer e de seu substituto. E mesmo antes que Hitler chegasse a governar a Alemanha, células do partido nazista já atuavam em diferentes regiões do globo.

Os partidários do nazismo pretendiam unificar os alemães que viviam fora da Alemanha, supondo que as fronteiras alemãs não seriam delimitadas pelo território, mas sim pela raça ariana. “Onde houvesse o sangue germânico, haveria simbolicamente a Alemanha, enquanto nação universal”<sup>16</sup>. Esta ideologia do pangermanismo existia entre os alemães desde o período da unificação no século XIX e não é, portanto, uma criação do partido nazista, apesar de ser empregada como um dos seus pilares. Assim, somente alemães 'puros' poderiam ser membros do partido, mesmo fora da Alemanha.

No Brasil, a atividade do partido nazista manteve-se na legalidade por dez anos, até tornar-se proibida em 1938 por Getúlio Vargas. Durante este período o partido se expandiu por quase todos os estados da federação, tendo alcançado uma considerável representatividade nas comunidades em que estavam inseridos, não tanto pelo número de membros, mas por suas atuações em clubes, hospitais, igrejas, restaurantes, escolas e fazendas<sup>17</sup>.

Na tabela a seguir, podemos perceber a quantidade de alemães membros do partido com relação à população de germânicos nos estados em que o NSDAP atuou. É importante ressaltar que nesta tabela os alemães registrados são os que vieram num segundo fluxo imigratório, nas duas primeiras décadas do século XX e, portanto considerados “puros” em detrimento dos alemães que já haviam se estabelecido no Brasil durante o século XIX e perpetuado gerações em solo brasileiro. Esses últimos eram considerados pejorativamente como “teuto-brasileiros”. Havia portanto, uma hierarquia racial dentro das próprias comunidades alemãs na qual os alemães “puros” eram considerados - e consideravam-se - superiores.

---

<sup>16</sup> DIETRICH, Ana Maria, 2007.

<sup>17</sup> Só não foi registrada a presença do partido nos estados do Rio Grande do Norte, Acre, Maranhão e Piauí.



Tabela 1: Número de filiados / Número de alemães no Brasil (1930/1940)<sup>18</sup>

Estado	Filiados	Imigrantes	Estado	Filiados	Imigrantes
São Paulo	785	33.397	Goiás	23	284
Santa Catarina	528	11.291	Paraná	21	115
Rio de Janeiro	447	11.519	Ceará	4	140
Rio Grande do Sul	439	15.279	Goiás	4	64
Paraná	185	12.343	Sergipe	1	47
Minas Gerais	66	2.000	Alagoas	1	45
Pernambuco	43	672	Rio Grande do Norte	-	35
Minas Gerais	41	623	Acre	-	22
Bahia	39	542	Maranhão	-	21
Mato Grosso	31	426	Piauí	-	20
Pará	27	186	Sem informação de local	137	-
TOTAL				2.822	89.071

A autora que utiliza essas tabelas afirma que o número de alemães nos estados é proporcional ao de filiados no partido nazista. De certa forma essa afirmação é verdadeira, obviamente, os estados com a maior população de germânicos possuem as maiores células do partido. Há, porém, uma exceção: o estado de Santa Catarina, onde há a segunda maior população de nazista (ficando abaixo apenas de São Paulo), com 528 filiados, na quinta maior população de alemães do Brasil (11.291). Essa constatação fica ainda mais evidente quando comparamos com o Rio Grande do Sul, onde havia uma população substancialmente maior de alemães (15.279) e menos membros no partido nazista (439).

A partir da Tabela 1, podemos inferir com mais precisão a proporcionalidade entre a população de germânicos e de nazistas nos estados brasileiros. Utilizando os dados apresentados, pode-se chegar a uma definição do percentual de nazistas com relação ao total de alemães ditos “puros”, o que nos dá uma noção mais clara do tamanho do partido nazista nos diferentes estados do Brasil nas décadas de 30 e 40:

<sup>18</sup> GERTZ, René Ernaini. O fascismo no sul do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. APUD: DIETRICH, Op. Cit., p.158.



*Tabela 2: Porcentagem de nazistas entre a população de alemães.*

São Paulo	2,35%
Santa Catarina	4,67%
Rio de Janeiro	3,88%
Rio Grande do Sul	2,87%
Paraná	1,49%
Minas Gerais	3,30%
Pernambuco	6,40%
Espírito Santo	6,60%
Bahia	7,19%
Mato Grosso	7,27%
Pará	14,50%
Goiás	8,00%
Paraíba	18,20%
Ceará	2,85%
Amazonas	6,25%
Sergipe	2,12%
Alagoas	2,22%
<b>TOTAL</b>	<b>3,17%</b>

Por essa ótica há uma nova configuração. Na região sul do Brasil, Santa Catarina é o estado com a maior porcentagem de nazistas, com a menor população de alemães e São Paulo, apesar de possuir a maior população de nazistas do Brasil e representar, desde 1934, a sede do partido em território brasileiro, possui uma proporção menor do que alguns estados da região Norte que, apesar de possuírem uma população de alemães menores em termos numéricos, têm uma maior proporção de nazistas<sup>19</sup>.

Os motivos dessa especificidade catarinense não são muito fáceis de precisar, mas alguns autores fizeram sugestões. Aluizio Batista de Amorim propõe que o fortíssimo tradicionalismo gaúcho seria um motivo da maior “assimilação da cultura brasileira” pelos alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul, enquanto que, em Santa Catarina, não havia “uma identidade cultural capaz de distingui-la. E, por paradoxal que possa parecer, é o germanismo que acabou por imprimir uma identidade cultural singular ao estado.”<sup>20</sup> O autor também ressalta que o peso econômico dos germânicos em Santa Catarina era superior em relação aos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, porém, sem apresentar dados que comprovem essa afirmação.

Ana Maria Dietrich não chega a discutir essa importância do partido nazista no estado catarinense com relação ao resto do Brasil e da região sul, mas cita o fato de que a primeira

<sup>19</sup> Ana Maria Dietrich ressalta que o pequeno número de nazistas em uma região não determina uma pequena atuação do partido nazista na sociedade, devida a sua atuação organizada em diversos órgãos. Ou seja, poucos nazistas poderiam ter uma atuação intensa dentro de uma comunidade substancialmente maior.

<sup>20</sup> AMORIM, 2000, p.21.



célula do NSDAP fora da Alemanha desenvolveu-se no Brasil, e mais especificamente no município de Timbó, em Santa Catarina, em 1928. Ou seja, Santa Catarina inaugurou o nazismo além das fronteiras geográficas alemãs, o que pode trazer uma luz a essa questão de desenvolvimento mais acentuado do nazismo no estado.

Ambos os autores afirmam que a dificuldade de comunicação dessas comunidades com outras vilas e cidades também colaborava para a forte permanência das características culturais germânicas, o que facilitaria a inserção dos ideais nazistas, porém essa é uma constante nas comunidades alemãs do Brasil e não explicaria a situação catarinense.

De fato, percebemos que pela considerável quantidade de membros, o partido nazista em Santa Catarina estava longe de exercer apenas um papel figurativo na vida política do estado. Essa é uma característica interessante, pois um dos deveres dos membros do partido que não se encontravam na Alemanha era deixar a política da terra de hospedagem aos seus moradores: “Você não deve entrar na política de uma terra estrangeira. Não se intrometa nesta política, nem mesmo por meio de conversas”<sup>21</sup>.

Além da “não intervenção”, outros desses deveres que compunham a prática de um membro do NSDAP diziam respeito à preservação da raça, ou seja, os alemães não deviam “misturar-se” ao povo local. A preservação do germanismo (*Deutschtum*) seria feita pela atuação de escolas alemãs em solo estrangeiro. O principal dos valores germânicos a ser preservado era a língua, considerada um dos elementos mais importantes ao lado da raça. Além da preservação da cultura, o partido tinha o objetivo de perseguir os judeus e os comunistas, apesar de que, segundo Dietrich, os judeus não chegaram a sofrer muito com as atividades dos nazistas em solo brasileiro porque a comunidade judaica no Brasil não estava tão perceptível aos olhos dos nazistas no Brasil como na Alemanha.

#### Os nazistas e o governo de Vargas

O NSDAP atuou de 1928 a 1938 em Santa Catarina dentro da legalidade, empreendendo seu programa de preservação da cultura germânica e perseguição aos comunistas, mas desrespeitando outros mandamentos doutrinários, entre eles o de manter a pureza da raça. Ana Maria Dietrich demonstra em sua tese que correspondências enviadas pelos partidários brasileiros a Berlim continham pedidos de autorização para casamentos de alemães com brasileiras e, devido à grande quantidade de pedidos, pode-se inferir que a

---

<sup>21</sup> O teórico principal da A.O., Emil Ehrlich escreveu dez deveres instituídos a partir do decreto do *Führer*, em 1937. DIETRICH, Op.Cit, p.147.





maioria eram aceitos<sup>22</sup>.

Outro ponto que os nazistas não observavam em seus deveres era o de não se intrometer na política local. De fato, as fronteiras para esta atuação política não estavam bem estabelecidas no programa do partido, afinal, perseguir grupos religiosos e políticos seria interferir na vida política do país, mesmo sem concorrer às eleições locais. De fato, alguns partidários do NSDAP, pela aproximação das idéias, colaboraram com a ação integralista brasileira (AIB)<sup>23</sup>, o que não era nem um pouco bem visto pelas autoridades nazistas.

O governo brasileiro agia com passividade frente ao NSDAP no período mencionado por algumas razões específicas: Em primeiro lugar, após a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, amplia-se o interesse nas células do nazismo em terras estrangeiras, e o partido passa a ter um papel mais importante do que o estritamente político transformando-se em um “representante do governo alemão”, assim, qualquer atitude do governo contra os nazistas repercutiria diretamente nas relações entre o Brasil e a Alemanha.

Também porque as relações comerciais entre os dois países experimentou um crescimento considerável após a chegada de Hitler ao poder em 1933, como mostra a tabela a seguir:

*Tabela 3: Evolução do índice de valor do intercâmbio comercial germano-brasileiro (1933-37)<sup>24</sup>*

1933	100 (índice base)
1934	163,55
1935	300,77
1936	335,14
1937	435,55

Paralelo ao crescimento do intercâmbio comercial houve também um intercâmbio ideológico entre os dois governos, culminando em uma cooperação entre a Alemanha e o Brasil, a partir de 1935, contra os comunistas. Essas aproximações políticas e ideológicas também evidenciavam uma proximidade do governo provisório de Vargas aos ideais e às práticas nazi-fascistas.

Mas, a partir da implantação do Estado Novo, em 1937, o governo brasileiro mudou

<sup>22</sup> Ibidem, p.164.

<sup>23</sup> Os chefes do NSDAP chegaram a editar um jornal em conjunto com os integralistas no Sul do Brasil: *Blumenauer Zeitung*. E no ano de 1936, nas zonas de colonização alemã em SC foram eleitos 8 prefeitos integralistas. Ibidem, p.148.

<sup>24</sup> Fonte: Cálculos do autor baseados no Boletim do Ministério das Relações exteriores do Brasil (Rio de Janeiro, junho de 1940), p.17 APUD: SEITENFUS, 1988, p.280.



significativamente de postura frente ao governo alemão e os imigrantes. Vargas considerava a coesão nacional como fundamental para a defesa do “poder soberano da Nação, representada, permanentemente, no culto sagrado do pavilhão, diante do qual os jovens brasileiros prestam solene juramento de servir e honrar a pátria, mesmo com o sacrifício da própria vida”<sup>25</sup>.

A nomeação de Oswaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores, em março de 1938, acentua a tendência liberal pró-Estados Unidos no interior do governo brasileiro. Inicia-se uma severa política de nacionalização das colônias estrangeiras, vários decretos-lei são promulgados com o objetivo de integrar, se necessário pela força, todas as colônias estabelecidas no país e limitar a ação dos estrangeiros<sup>26</sup>. A nacionalização do ensino foi o passo seguinte e passou a ocorrer em novembro de 1938.

Esse processo é explicado em parte pelo receio de que haviam planos de incorporação dos países sulamericanos pelo *Reich* alemão - segundo Marlene de Fáveri este “temor era totalmente justificável”<sup>27</sup> - e também pela pressão dos Estados Unidos da América.

Em janeiro de 1942, o Brasil rompe relações diplomáticas com o Eixo e inicia uma “caça às bruxas”, nas palavras de Fáveri, onde as bruxas são os imigrantes que resistem à nacionalização. Após efetivada a declaração de guerra, em 22 de agosto de 1942, os ânimos ficaram ainda mais exaltados:

A suspeição/demonização do 'outro' tomou forma mais explícita na imprensa, a qual veiculou artigos apresentando estrangeiros e descendentes como inimigos do país e prováveis colaboradores do Eixo, detonando então um clima de violência. Em Florianópolis, Joinville e Blumenau (...) houve atos públicos, quando a multidão enfurecida apedrejou casas, pichou muros e paredes, quebrou placas de ruas e lojas com nome alemão.<sup>28</sup>

O governo brasileiro e a imprensa passam a construir uma imagem demonizadora dos, agora, “inimigos da pátria”, gerando um clima de suspeição, espalhando rumores e, principalmente, instigando o confronto<sup>29</sup>. Fecharam-se escolas, clubes e associações em que os alemães frequentavam.

Configurou-se, então, uma situação nova especialmente para os imigrantes alemães no

<sup>25</sup> G. Vargas. A nova Política do Brasil, vol. V. Rio de Janeiro. 1935. APUD: *Ibidem*, p.285.

<sup>26</sup> Entre eles o decreto-lei nº383, de 18 de Abril de 1938 que proibia aos estrangeiros o exercício de atividades políticas. Cf. Diário Oficial de 19 de Abril de 1938, p.7357-7359. APUD: *Ibidem*, p. 285.

<sup>27</sup> FÁVERI, 2002, p. 33.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p.35.

<sup>29</sup> Marlene de Fáveri, em sua tese de doutorado, utiliza depoimentos de pessoas que viveram esse período em cidades como Florianópolis e Itajaí, que comentam o clima de guerra, os rumores e os boatos que se espalhavam pelas cidades, os treinamentos de bombardeio, os “toques de recolher”, a ameaça dos estrangeiros e dos estranhos e o medo, a guerra psicológica.



Brasil, que foram forçados a tomar uma delicada decisão entre submeter-se ao projeto de nacionalização brasileiro, aprender o português e deixar de lado atributos da cultura germânica que os alemães tanto se orgulhavam de valorizar; ou resistir às pressões do governo de Vargas e assumir o germanismo, colaborando com os nazistas e tornar-se um inimigo público dentro do território em que viviam.

Havia ainda uma terceira opção, a de colaborar com a AIB, alinhar-se ao integralismo. Porém os que seguiram essa via foram considerados desertores pelos alemães, não agradando ao *Reich*. O cônsul alemão em Florianópolis, Dittmar, envia um relatório a Berlim considerando:

extremamente lastimável o fato de elementos alemães, e mesmo nacional-socialistas, preencherem as fileiras do movimento integralista em Santa Catarina (...) um alemão vestido de camisa verde uniforme integralista e a longo prazo, o coveiro de seu próprio germanismo.<sup>30</sup>

Os teutos que se nacionalizavam eram considerados “traidores do povo ariano, só equiparáveis aos abomináveis comunistas, considerados destruidores da cultura alemã”<sup>31</sup>.

Muitos alemães resistiram à nacionalização, o partido nazista enviava correspondências aos seus líderes em solo brasileiro, instruindo-os a recrudescer ainda mais a organização do partido, afastando as pessoas com dupla nacionalidade de qualquer departamento do partido que ocupassem<sup>32</sup>.

## Considerações Finais

O fascismo inspirou projetos políticos em diferentes regiões do planeta, fundindo novos elementos às estruturas ideológicas, dando origem a movimentos singulares que, não necessariamente, respeitavam sua fonte de influência.

Prova disso, no Brasil, foi o próprio governo de Vargas, que utilizava um discurso de valorização do trabalhador e organizou uma sociedade corporativa, reunindo num frágil equilíbrio a tríade Estado, trabalhadores e patrões. Construía-se espetáculos buscando inflamar a população com os ideais nacionalistas por meio de discursos eloquentes – influências do fascismo e da sua variante alemã: o nacional socialismo –, não deixou de entrar

---

<sup>30</sup> DDA, Pol. Abt. III, in Akten “Nationalsozialismus, Faschismus...” doc. n.1545/35 de 20 de novembro de 1935, pp.12-13 APUD: SEITENFUS, Op.Cit, p.284.

<sup>31</sup> DIETRICH, Op. Cit, p.147.

<sup>32</sup> AMORIM, Op.Cit, p.83.



em conflito com movimentos semelhantes dentro do território nacional como o Integralismo e o próprio NSDAP, declarando guerra ao Eixo e tornando-se também adversário do regime fascista italiano.

Em meio a essas disputas de cunhos nacionalista, ideológico e político, as populações de germânicos estabelecidas no Brasil, já integradas ao convívio com a população local sofreram ataques de ambos os lados. A atuação dicotômica do partido nazista e do governo brasileiro e o gradativo radicalismo que essas duas instituições experimentaram colocaram aquelas pessoas numa situação de isolamento, sendo discriminadas dentro das regiões em que haviam se estabelecido. Num fragoroso *turning-point* em que os alemães deixaram de ser a “salvação da lavoura” e se tornaram “quistos étnicos”.

#### Referências Bibliográficas

AMORIM, Aluizio B. *Nazismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Insular, 2000.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

FÁVERI, M. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2002.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KONDER, L. *Introdução ao Fascismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

MICHEL, Henri. *Os Fascismos*. Lisboa: Dom Quixote publicações, 1977.

SEITENFUS, Ricardo A. *O Brasil e o III Reich*. 1988. Disponível em <[http://www.seitenfus.com.br/arquivos/O Brasil e o III Reich - 1933-1939.pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/O%20Brasil%20e%20o%20III%20Reich%20-%201933-1939.pdf)>.

TRIN, Helgio; CARDOSO, F (org.). *Integralismo – o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel; Porto Alegre: UFRGS, 1971.

Recebido em 6 de novembro de 2009.

Aceito para publicação em 6 de novembro de 2009.

